

LEVANTAMENTO DOS REGISTROS DE ANIMAIS SILVESTRES REALIZADOS PELO BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ (2021–2025)

¹FAÇANHA, Pedro Moraes; ¹MIRANDA, Safira Helene Ferreira; ¹RIBEIRO, Emelyn Fernandes; ¹OLIVEIRA, Renan dos Santos; ¹SILVA, Vitor Diniz Azevedo; ²TORK, Larissa Castro ³MESQUITA, Ellen Yasmin Eguchi.

¹Discente – Universidade da Amazônia (UNAMA)

²Médica veterinária – Bosque Rodrigues Alves (SEMMA/Belém-PA)

³Diretora – Bosque Rodrigues Alves (SEMMA/Belém-PA)

E-mail: pedrofac2003@gmail.com

Resumo

O estudo analisou registros de fauna silvestre atendidos pelo Batalhão de Polícia Ambiental do Pará entre 2021 e 2025. Foram contabilizadas 9.062 ocorrências e 8.355 indivíduos, com predominância de aves e répteis. Os resgates foram mais frequentes, seguidos por apreensões e entregas voluntárias. A soltura foi o principal destino. Os dados evidenciam impactos da urbanização e limitações estruturais no manejo da fauna, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas.

Palavras-chave: Conservação ambiental; Fauna silvestre; Resgate; Apreensão.

Introdução

O Brasil é reconhecido como um dos países megadiversos do mundo, abrigando uma vasta riqueza de espécies distribuídas em diferentes biomas. No entanto, essa biodiversidade encontra-se sob constante pressão devido a fatores antrópicos, como desmatamento, expansão urbana, fragmentação de habitats e tráfico ilegal de fauna silvestre, considerado um dos principais vetores de perda de biodiversidade (RENTAS, 2001; WWF-BRASIL, 2023).

A urbanização desordenada promove alterações significativas na dinâmica ecológica, resultando no deslocamento de animais silvestres para áreas urbanas e aumentando a ocorrência de conflitos com a população humana. Nesse contexto, as ações de resgate, apreensão e manejo de fauna tornam-se essenciais para minimizar impactos e garantir o bem-estar dos animais.

No Estado do Pará, o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) desempenha papel central nesse processo, atuando na fiscalização de crimes ambientais, no resgate de animais em situação de risco, na apreensão de indivíduos provenientes do tráfico e na promoção de ações educativas. Apesar da relevância dessas atividades, ainda são escassos estudos que sistematizem e analisem os registros dessas ocorrências, especialmente na Região Metropolitana de Belém, onde há maior concentração de atendimentos.

Objetivos

O presente estudo teve como objetivo analisar quantitativamente os registros de fauna silvestre atendidos pelo Batalhão de Polícia Ambiental do Estado do Pará no período de 2021 a 2025, buscando identificar padrões de ocorrência, distribuição das espécies, natureza dos atendimentos e destinação dos animais, além de discutir as implicações desses dados para a conservação da biodiversidade amazônica.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa, baseada na análise de registros oficiais fornecidos pelo Batalhão de Polícia Ambiental do Estado do Pará. Os dados foram obtidos por meio de relatórios operacionais e planilhas

institucionais, contendo informações sobre resgates, apreensões e entregas voluntárias de fauna silvestre.

As informações foram organizadas em planilhas eletrônicas no software Microsoft Excel®, permitindo a sistematização dos dados e o cálculo de frequências absolutas e relativas. Foram analisadas variáveis como classe taxonômica, tipo de ocorrência, destinação dos animais e distribuição geográfica dos atendimentos.

A análise estatística foi conduzida de forma descritiva, possibilitando a identificação de padrões e tendências ao longo do período estudado.

Resultados e Discussão

Durante o período analisado, foram registradas 9.062 ocorrências, totalizando 8.355 indivíduos de fauna silvestre. Houve predominância de aves e répteis, seguidos por mamíferos, peixes e invertebrados. Esse padrão é descrito na literatura, destacando as aves como as mais afetadas pelo tráfico ilegal (RENECTAS, 2001).

A alta frequência de répteis pode estar relacionada ao aumento dos conflitos com áreas urbanas, causado pela fragmentação de habitats e expansão urbana, levando esses animais a ocuparem áreas residenciais e aumentando os chamados para resgate.

Quanto à natureza das ocorrências, os resgates predominaram sobre apreensões e entregas voluntárias, indicando que a maioria dos atendimentos está ligada a conflitos entre humanos e fauna, e não diretamente ao combate ao tráfico.

A baixa proporção de entregas voluntárias pode refletir desconhecimento ou receio de punições, apesar da isenção prevista em lei quando não há maus-tratos (BRASIL, 1998), evidenciando a necessidade de ações educativas.

Outro aspecto relevante é a destinação dos animais, com a soltura como principal desfecho. Isso indica que muitos estavam clinicamente aptos para retorno à natureza, possivelmente por serem apenas indivíduos deslocados de seu habitat.

Entretanto, o manejo da fauna depende da capacidade operacional dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), cuja limitação estrutural pode reduzir o volume de apreensões, já que a superlotação dificulta a entrada de novos indivíduos (DESTRO et al., 2022).

A distribuição geográfica mostrou concentração das ocorrências em Belém e na região metropolitana, possivelmente devido à maior densidade populacional, à proximidade da base do BPA, além de possíveis subnotificações em áreas mais distantes.

Essa interpretação é corroborada por estudos que indicam que as estatísticas oficiais refletem, em parte, a capacidade operacional das instituições que as produzem (LIMA, 2006).

Consequentemente, a redução de ocorrências em municípios vizinhos pode indicar subnotificação, associada às cifras negras, ou seja, eventos não registrados oficialmente (KAHN, 2000).

Conclusão

Os resultados demonstram que as ocorrências envolvendo fauna silvestre no Estado do Pará estão fortemente associadas a fatores antrópicos, especialmente urbanização e fragmentação de habitats, que intensificam os conflitos entre animais e humanos.

A predominância de resgates e a baixa taxa de entregas voluntárias evidenciam a necessidade de ampliação das ações de educação ambiental, visando reduzir conflitos e incentivar a participação da população no manejo adequado da fauna.

Além disso, destaca-se a importância do fortalecimento da infraestrutura de atendimento, especialmente dos Centros de Triagem de Animais Silvestres, bem como da integração entre instituições ambientais. O BPA desempenha papel fundamental nesse

contexto, sendo essencial para a conservação da biodiversidade amazônica e para a implementação de políticas públicas mais eficazes.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 fev. 1998.

DESTRO, G. F. G. et al. Wild animals seized from illegal trade in Brazil. *Animal Conservation*, v. 17, n. 4, p. 200-208, 2022.

RENTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre. Brasília: RENTAS, 2001.

WWF-BRASIL. Tráfico de animais silvestres e seus impactos. Brasília: WWF-Brasil, 2023.